

ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2012

I – Cenário Econômico

A atividade econômica mostrou ligeiros sinais de retomada, em resposta a conjuntura de juros reduzidos e às diversas medidas setoriais de estímulo anunciadas. Na série livre de efeitos sazonais, a produção industrial brasileira após registrar, em agosto, o terceiro avanço sucessivo frente ao mês anterior, 1,5%, houve suave recuo de -0,9% em setembro. Em relação ao ano anterior a redução em setembro foi a mais moderada entre as enfrentadas esse ano, -1,3% de redução contra média de -4% no ano. Outra medida, saldo de contratações (admissões menos desligamentos), manteve o resultado positivo em agosto, 0,6 % de saldo.

O cenário observado no estado do Rio de Janeiro foi similar ao do Brasil, crescimento da produção industrial de 5% em julho; 0,62% em agosto, e crescimento das vendas no varejo em 11.7% em agosto, reflexos de que as medidas do governo federal, em alguma medida, fomentaram atividade estadual até agosto. No entanto, em setembro, as expectativas pelas eleições municipais e americanas abalaram o cenário econômico do Rio de Janeiro. Declínio das vendas, em 18%, e da produção industrial em -2,7%. O pessoal ocupado no Rio de Janeiro aumentou em 0,69% no mesmo mês, compensados pela redução das horas pagas em 4,7%. Tais conjecturas refletem a rigidez do trabalho a alterações na economia, induzindo que a melhora nesses indicadores será refletida nos próximos meses.

No que diz respeito o comércio externo, o balanço comercial fluminense foi positivo quase todo ano, acumulando 885 milhões até o mês de setembro de 2012. Mesmo com o crescimento das importações na ordem de 7% no acumulado jan-set e com a queda das exportações em 1,9%. Como se sabe, o impacto do crescimento das importações é mais benéfico para o ICMS que um eventual aumento na exportação. Como não há tributação sobre as

exportações e os estados são apenas parcialmente ressarcidos por essa desoneração.

No âmbito da inflação, o IPCA subiu 0,59% em outubro, assinalando 5,45% no acumulado 12 meses. A perspectiva é de aceleração no fim do ano devido ao repasse da alta dos preços internacionais de alimentos. O grupo de alimentos e bebidas continua sendo o mais importante na determinação da inflação, concentrando 53% do índice. Na avaliação do comportamento sazonal do índice, em média no fim do ano a variação mensal de outubro antecipa o desempenho até dezembro, refletindo a expectativa de fechamento em 5,49%.

Vale ressaltar que a desoneração do IPI em diversos setores da indústria de transformação tem implicações adversas sobre os repasses constitucionais, afetando integralmente o repasse do IPI-EXP (corresponde a 10% do IPI arrecadado pela união) bem como do FPE, fundo no qual é aportado 21,5% do montante de IPI arrecadado. Por conta disso, o fundo sofre efeitos do crescimento nominal do IPI, que – até outubro de 2012 – totaliza -0,79%, o que representa queda real de -5,2%. Parte deste efeito negativo está sendo compensado pelo Imposto de Renda, tributo que teve crescimento nominal de 15% e real de 10,6 %, que destina 78,5% do seu montante arrecadado para o FPE.

Em suma, o balanço acerca dos efeitos positivos e negativos das diversas políticas e ações dos agentes está imerso em incertezas. Mesmo assim, o fechamento anual das receitas não deve se afastar em demasia conforme o previsto.

II – Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo

A SEFAZ mantém sua preocupação austera e vem acompanhando o desempenho da arrecadação com o máximo de cuidado; refazendo estimativas, quando necessário, uma vez que as estimações direcionam e balizam gastos responsáveis e os equilíbrios financeiro e orçamentário. Neste contexto, as novas projeções aqui apresentadas utilizam como base as receitas realizadas nos primeiros dez meses de 2012, assim como a reavaliação de alguns parâmetros macroeconômicos para o ano. A seguir a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas bem como a Tabela 2 com um corte na visão por fonte de recursos.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2012 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	RECEITA 2012		5ª REVISÃO X 4ª REVISÃO	
		4ª REVISÃO (H)	5ª REVISÃO (I)	(I - H)	Δ % (I/H)
IRRF	00	1.850	1.850		
IPVA	00	1.766	1.766		
ITBI	00	-	-		
ITD	00	530	512	(18)	-3,4%
FECF	22	2.613	2.566	(46)	-1,8%
ICMS	00	26.496	26.806	310	1,2%
Receita Financeira		202	187	(15)	-7,4%
FPE	06	957	907	(50)	-5,2%
IPI	07	825	770	(55)	-6,7%
Lei Kandir	07	86	86		
Demais Transf. União	01	88	82	(6)	-6,7%
Multas e Juros*		405	429	25	6,1%
Dívida Ativa**		583	656	72	12,4%
Demais Receitas	01	515	55	(460)	-89,3%
Dep. Judiciais tributários	90	74	74		
Ressarcimento de pessoal cedido		30	30		0,5%
Outros		111	696	585	528,0%
	00	0	3	3	2742,5%
	01	92	673	581	631,1%
	05	1	1		
	07	0	0	()	-1,8%
	20	11	11		
	26	1	1		
	90	1	1		50,0%
	95	5	6	1	12,5%
Subtotal 1		37.131	37.473	342	0,9%
Alienação de Bens	01	1.025	73	(952)	-92,9%
Operações de Crédito		3.765	4.179	414	11,0%
	11	3.442	3.842	400	11,6%
	21	282	282		
<i>outras</i>	11	41	55	14	33,7%
Subtotal 2		4.790	4.251	(539)	-11,2%
Royalties		8.036	8.203	167	2,1%
	04*	2.265	3.042	777	34,3%
	10*	5.771	5.161	(610)	-10,6%
CIDE	26	54	57	3	5,4%
Salário Educação	05	394	394		
Subtotal 3		8.485	8.654	170	2,0%
TOTAL GERAL (1+2+3)		50.406	50.379	(27)	-0,1%

* Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

** Inclui FR 00 - 01 - 22

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2012 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita	FR	5ª REVISÃO X 4ª REVISÃO			
		4ª REVISÃO (G)	5ª REVISÃO (H)	(H-G)	Δ % (H/G)
IRRF	00	1.850	1.850		
IPVA	00	1.766	1.766		
ITBI	00	-	-		
ITD	00	530	512	(18)	-3,4%
ICMS	00	26.496	26.806	310	1,2%
Multas e Juros	00	384	407	23	6,0%
Dívida Ativa	00	519	610	91	17,5%
Outros	00	0	3	3	2742,5%
TOTAL	00	31.546	31.955	409	1,3%
Demais Transf. União	01	88	82	(6)	-6,7%
Multas e Juros	01	11	12	1	9,5%
Dívida Ativa	01	55	34	(20)	-37,3%
Outros	01	92	673	581	630,1%
Demais Receitas	01	515	55	(460)	-89,3%
Alienação de Bens*	01	1.025	73	(952)	-92,9%
Receita Financeira	01	202	187	(15)	-7,4%
TOTAL	01	1.988	1.116	(872)	-43,8%
Royalties	04	2.265	3.042	777	34,3%
Royalties	10	5.771	5.161	(610)	-10,6%
TOTAL		8.036	8.203	167	2,1%
Salário Educação	05	394	394		
Outros	05	1	1		52,0%
TOTAL		394	395		0,1%
FPE	06	957	907	(50)	-5,2%
IPI	07	825	770	(55)	-6,7%
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0	()	-1,8%
TOTAL		911	856	(55)	-6,0%
Ressarcimento de pessoal cedido	20	29	29		0,3%
Outros	20	11	11		
TOTAL	20	41	41		0,2%
FECP	22	2.613	2.566	(46)	-1,8%
Multas e Juros	22	10	10	1	5,7%
Dívida Ativa	22	10	11	2	17,5%
TOTAL	22	2.632	2.588	(44)	-1,7%
Outros	26	1	1		
CIDE	26	54	57	3	5,4%
TOTAL	26	55	58	3	5,3%
Dep. Judiciais tributários	90	74	74		
Outros	90	1	1		50,0%
TOTAL	90	75	75		0,3%
Outros	95	3	4	1	19,1%
Outros*	95	2	2		
Outros	11	41	55	14	33,6%
Operações de Crédito*	11	3.442	3.842	400	11,6%
Operações de Crédito*	21	282	282		
Outros	96	0	0		5,2%
TOTAL GERAL		50.406	50.379	(27)	-0,1%

* Receitas de Capital

1. **FECF** – reestimado em menos R\$ 46 milhões (-1,8%) em relação à 4ª revisão de receita. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, até setembro, nos últimos 12 meses, o Rio de Janeiro teve uma queda significativa no consumo de energia (-4,4%), em contraste ao desempenho do Sudeste (+1,4%). Tal fato deve-se ao ciclo menor de faturamento conjugado ao ajuste no cadastro de consumidores ainda em processo em uma das empresas concessionárias ocasionou esta taxa negativa no estado. O FECF sofre diretamente tal impacto, pois a incidência de tal tributo ocorre majoritariamente sobre o consumo de energia elétrica e sua alíquota cresce linearmente com o aumento da energia consumida. A queda será atenuada devido ao aumento médio de 10% das tarifas das concessionárias a partir de novembro.
2. **Receita Financeira** – reestimada em menos R\$ 15 milhões em relação à 4ª revisão de receita. Esta redução foi motivada pela baixa do caixa do Tesouro que decorre das seguidas reduções da taxa Selic, atingindo 7,25% a.a. (reunião do COPOM de 10/10/2012) o menor patamar da história desde que a taxa básica de juros da economia brasileira foi criada em 1996.
3. **Demais Transferências da União** – revista em menos R\$ 6 milhões em razão da diferença no valor estimado anteriormente e o valor determinado na Medida Provisória nº 585, de 23 de outubro de 2012 que fará jus o Estado do Rio de Janeiro nos últimos meses do ano.
4. **Royalties e Participações Especiais do Petróleo** – o valor reprojetoado de R\$ 8.203 milhões para o ano de 2012 está R\$ 167 milhões acima do previsto na 4ª nota de receita. O aumento de R\$ 1.251 milhões em relação ao valor realizado ao longo de 2011 se deve em função dos altos valores do barril do petróleo, associado à depreciação da moeda nacional frente ao dólar registrados ao longo do ano. Estes eventos compensaram a redução no nível de produção em relação aos últimos meses do ano passado.

É imprescindível ressaltar que a separação de recursos provenientes de *Royalties* do Petróleo e Participações Especiais destinada ao Tesouro e ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro –

RIOPREVIDÊNCIA (tabelas 1 e 2), devem obedecer às determinações constantes no Decreto nº 43.911 de 29/10/2012.

O Decreto incluiu uma nova hipótese de exceção à vinculação de receita ao Rioprevidência, incorporando o §3º ao artigo 1º do Decreto nº 42.011/2009 com a seguinte redação:

“Exclui-se também do disposto no caput deste artigo, o valor resultante da aplicação do percentual de pagamento do serviço da dívida do Estado para com a União Federal, previsto no contrato de refinanciamento da dívida do Estado do Rio de Janeiro, na forma do art. 5º da Lei Federal nº 9.496/97, sobre o valor que os royalties e participação especial agregam ao cálculo da Receita Líquida Real”.

Sendo assim o tesouro estadual poderá desde já dispor da quantia referente a 13% das receitas de participações governamentais¹, conforme tabela 1.

- 5. FPE** - reestimado em menos R\$ 50 milhões (-5,2%) em relação à 4ª Revisão de Receita, ficando -1,14% do valor realizado em 2011. A nova expectativa decorre do desempenho desfavorável da arrecadação da União entre janeiro e setembro de 2012 em relação ao ano passado. Neste ano houve incremento real no Imposto de Renda de apenas 1,58% e decréscimo real de 4,3% no caso do IPI ambos em relação a 2011. A justificativa da queda neste último tributo é das consecutivas prorrogações de desoneração pelo Governo Federal com o objetivo de aceleração da economia. A última delas foi anunciada pelo Ministro da Fazenda no dia 24/10/2012 e será válida até 31 de dezembro, contemplando o setor automobilístico. Nesta atividade em especial, a redução da receita da União alcançou 41,45% em termos reais (Relatório de Análise da Arrecadação das Receitas Federais - setembro de 2012, no site da Receita Federal do Brasil). Foram consideradas, para a nova estimativa, as transferências de FPE recebidas até o 3º decênio de outubro, comparativamente ao ano anterior, a queda nas perspectivas de repasse da União divulgadas pela STN em 11/10/2012.

¹ Ver Nota Técnica SUPOF/SEFAZ nº17 de 2012.

6. **IPI-Exp** – reestimado em menos R\$55 milhões (-6,7%) em relação à 4ª Revisão de Receita, menor 1,6% que 2011. A reestimativa levou em conta as reduções sofridas na arrecadação da União consequências das prorrogações de desoneração deste tributo para diversos segmentos da economia, sobretudo o automobilístico, conforme mencionado anteriormente no FPE. Foram consideradas, para a nova estimativa, as transferências de IPI-exp recebidas até o 3º decênio de outubro, comparativamente ao ano anterior, a queda nas perspectivas de repasse da União divulgadas pela STN em 11/10/2012.
7. **CIDE** - reestimado em mais de R\$ 3 milhões em relação à 4ª revisão. O incremento foi motivado pelo valor remanescente dos repasses realizados nos meses de janeiro, abril e julho, que ingressou nas contas do Estado somente no primeiro decêndio de outubro.
8. **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa** – As projeções para as receitas da Dívida Ativa e de Multas e Juros foram elevadas respectivamente em R\$ 72 milhões (12,4%) e R\$ 25 milhões (6,1%) em relação a 4ª revisão de receita. Esta reavaliação decorre do recebimento acima do esperado nos meses de julho a outubro, com tendência de continuidade até dezembro; ainda como reflexo do programa de refinanciamento de débitos iniciado em maio deste ano (Lei 6.136 e Lei 61.127, ambas de 28/12/2011).
9. **Demais Receitas – Conta B** – realização de receita oriunda de saque da Conta B, no valor de R\$ 450 milhões em outubro de 2012, conforme minuta em negociação com o Banco Itaú apresentada pela Subsecretaria de Finanças – SUBFIN. É importante ressaltar que a menção a esta receita só ocorreu em função de alteração de rubrica no momento de lançamento na 4ª revisão de receita. Na ocasião, ela estava prevista para ocorrer na rubrica Demais Receitas e ocorreu de fato em Outras Restituições, rubrica contemplada no item **Outros** da tabela 1.

Conta A – Decreto nº 43.715 de 14 de agosto de 2012 – trata-se da conta garantidora da folha de pagamentos do Previ-Banerj. Na adesão dos beneficiários à proposta constante no decreto nº 43.715, em que Estado do Rio de Janeiro assumiria tais obrigações previdenciárias. A

menção a esta rubrica tornou-se necessária em função da diferença do valor que estava estimado na 4ª revisão que era de R\$ 35 milhões e na realidade será R\$ 40 milhões, um ganho de R\$ 5 milhões além do esperado.

Alienação de Bens – receita reestimada em menos R\$ 1 bilhão decorrente do fato de que a venda de participação na Cedae não será liquidada dentro deste exercício tendo em vista atraso nas questões operacionais deste tipo de operação. Dessa forma, a receita decorrente desta operação somente entrará no exercício financeiro de 2013. Adicionalmente, está sendo incluído o valor de lance mínimo de R\$ 47,450 milhões de concorrência em andamento de alienação de lote de imóveis constante do Edital de Concorrência da Casa Civil/RJ nº 8/2012 realizado no dia 07/11/2012, com previsão para homologação até o final de novembro.

10. Operações de Crédito - A diferença aqui apontada de mais R\$ 414 milhões refere-se aos recursos de antecipação do Banco do Brasil (R\$ 400 milhões), além dos rendimentos dos recursos aplicados desta origem que foram maiores do que o previsto até a 4ª nota de receita.

II - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação

A tabela a seguir apresenta a revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada no mês de novembro, com a dotação atualizada até 13 de novembro.

Tabela 3 - COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE									
FR	RECEITA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL 27-11	Superávit até 27-11**	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27-11)	LIQUIDADO (27-11)	PAGO (27-11)	DISPONÍVEL (27-11) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	31.955.220.993	32.981.732.317	9.355.667	1.412.557.544	27.518.225.056	26.488.992.928	25.686.964.887	31.559.819.106	395.401.887
01	1.116.033.608	1.983.950.972	-	6.585.299	1.393.008.156	1.340.061.398	1.229.779.052	1.977.365.673	(861.332.064)
06	907.479.363	1.096.474.229	81.470.129	57.524.737	994.492.260	994.144.770	994.144.770	957.479.363	(50.000.000)
07	855.941.761	1.024.247.808	68.445.483	45.412.596	789.738.902	785.739.117	784.273.902	910.389.729	(54.447.968)
22	2.587.912.191	2.624.067.042	-	-	2.287.316.797	2.019.533.208	1.883.663.657	2.624.067.042	(36.154.851)
SUBTOTAL REC. LIVRES	37.422.587.916	39.710.472.368	159.271.278	1.522.080.176	32.982.781.171	31.628.471.419	30.578.826.268	38.029.120.913	(606.532.997)
04	2.275.030.663	2.259.490.000	248.672	-	2.090.985.448	2.052.219.474	2.007.556.752	2.259.241.328	15.789.335
04 - RioPrevidência	767.413.077								767.413.077
05	394.659.415	442.796.194	68.896.779	-	419.553.467	314.242.190	309.745.320	373.899.415	20.760.000
20	40.847.337	59.252.123	19.697.525	-	36.396.012	32.113.124	31.117.673	39.554.598	1.292.739
26	58.146.720	111.621.613	2.083.640	51.725.011	59.798.553	56.217.712	56.217.712	57.812.962	333.758
90	74.896.123	77.155.216	-	2.509.093	74.146.123	74.146.122	74.146.122	74.646.123	250.000
95	5.929.340	6.436.003	3.417.351	-	3.417.351	3.417.351	827.910	3.018.652	2.910.688
96	21.794	3.009.056	-	-	-	-	-	3.009.056	(2.987.262)
10**	5.249.780.246	5.249.780.246	-	-	5.327.259.004	5.326.631.239	5.184.028.311	5.249.780.246	-
11	3.897.112.019	5.139.958.895	88.973.007	-	2.014.643.874	1.809.545.324	1.644.632.086	5.050.985.887	(1.153.873.869)
21	281.683.000	281.693.000	-	-	92.400.529	39.280.281	39.049.605	281.693.000	(10.000)
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	13.045.519.734	13.631.192.346	183.316.974	54.234.104	10.118.600.360	9.707.812.817	9.347.321.491	13.393.641.268	(348.121.534)
TOTAL GERAL	50.468.107.650	53.341.664.713	342.588.253	1.576.314.280	43.101.381.531	41.336.284.237	39.926.147.758	51.422.762.180	(954.654.531)

** O superávit da FR 00 se refere apenas aos saldos financeiros disponíveis em contas de convênios apurados no exercício anterior.

* FR 10 - Royalties do Rioprevidência

A proposta da SEFAZ detalhada na Tabela acima, consideradas todas as fontes de recursos do Tesouro, inclusive aquelas com destinação específica, aponta uma receita estimada menor em R\$955,65 milhões, quando comparada ao valor da dotação atual disponível. Se consideradas as fontes que se compensam (recursos livres), a estimativa de receita é menor em R\$606,53 milhões.

III – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se a obrigatoriedade de suplementação orçamentária nas vinculações constitucionais e legais, conforme detalhado nas tabelas a seguir:

III.1 Transferências aos Municípios

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS								
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00*	7.838.229.035	7.993.219.538	261.998.688	6.527.910.051	6.527.803.120	6.508.212.089	7.731.220.850	107.008.185
FR 00 (DEA)	87.197.965	87.197.965	-	79.931.468	79.931.468	72.664.971	87.197.965	-
FR 04	416.190.765	413.878.043	-	358.374.928	358.374.835	358.374.835	413.878.043	2.312.722
FR 07	192.523.925	217.488.750	11.214.825	154.891.195	154.891.101	153.425.887	206.273.925	(13.750.000)
FR 26	14.311.680	27.391.960	13.072.813	14.311.713	14.311.680	14.311.680	14.319.147	(7.467)
TOTAL GERAL	8.548.453.370	8.739.176.256	286.286.326	7.135.419.355	7.135.312.204	7.106.989.461	8.452.889.930	95.563.440

III.2 Saúde

O cálculo apresentado abaixo segue as disposições da Lei Complementar nº 141/2012.

Em R\$

SAÚDE								
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*		3.556.768.021	49.480.268	2.874.276.196	2.534.110.308	2.320.686.666	3.507.287.753	
2901		314.400	-	260.738	148.613	144.398	314.400	
2931		27.074.025	242.923	23.793.892	22.191.656	22.018.844	26.831.102	
2961		3.489.608.448	48.487.345	2.813.433.718	2.479.582.093	2.268.960.771	3.441.121.103	
2971		38.921.148	-	36.757.853	32.157.950	29.532.657	38.921.148	
4043		850.000	750.000	29.996	29.996	29.996	100.000	
IASERJ		(27.074.025)	(242.923)	(23.793.892)	(22.191.656)	(22.018.844)	(26.831.102)	
Op. da Farmácia Popular		(44.226.332)	-	(44.224.761)	(39.643.512)	(38.511.851)	(44.226.332)	
Promoção Alim. Saudável		(61.000.000)	-	(56.007.624)	(43.436.940)	(37.893.073)	(61.000.000)	
Apoio aos Hospitais Penitenciários		(11.000.000)	-	(6.304.624)	(1.541.261)	(1.271.261)	(11.000.000)	
Proteção ao Usuário de Drogas		(14.495.078)	-	(7.970.303)	(6.518.138)	(6.476.735)	(14.495.078)	
Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico		(4.023.222)	-	(3.248.598)	(3.248.598)	(3.248.398)	(4.023.222)	
Juros sobre a Dívida (IVB)		(288.340)	-	(318.340)	(288.340)	(260.648)	(288.340)	
Juros, Multas e Demais Encargos		(1.452.880)	-	(1.824.596)	(1.452.880)	(1.087.233)	(1.452.880)	
Restituição		(2.554.551)	-	(2.554.551)	(2.554.551)	(2.554.551)		
Fundações de Saúde			-	28.763.599	12.989.301	12.908.968	-	
Despesa Intraorçamentária do FES				(23.370.308)	(23.370.308)	(18.960.544)	-	
RP 2011 Cancelado		(539.023)					(539.023)	
TOTAL GERAL	3.393.107.681	3.390.114.571	49.237.345	2.733.422.198	2.402.853.426	2.201.312.497	3.340.877.226	52.230.455

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

III.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB								
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
PERDA LÍQUIDA	2.257.101.380	2.224.247.772	3.165.529	1.834.074.465	1.834.074.459	1.830.441.125	2.221.082.243	36.019.137
FR 00	2.050.990.193	2.029.000.144	-	1.682.782.541	1.682.782.538	1.679.149.205	2.029.000.144	21.990.049
FR 06	131.012.958	124.107.622	3.165.529	96.737.958	96.737.957	96.737.957	120.942.093	10.070.865
FR 07	75.098.229	71.140.006	-	54.553.965	54.553.963	54.553.963	71.140.006	3.958.223
RETORNO	2.480.714.971	2.689.872.667	217.849.009	2.071.138.373	2.071.138.369	2.059.796.881	2.472.023.658	8.691.313
FR 00	2.372.660.718	2.534.471.012	202.227.400	1.962.027.806	1.962.027.805	1.950.686.317	2.332.243.612	40.417.106
FR 06	50.482.915	78.893.199	8.339.419	56.433.856	56.433.855	56.433.855	70.553.780	(20.070.865)
FR 07	57.571.338	76.508.456	7.282.190	52.676.710	52.676.708	52.676.708	69.226.266	(11.654.928)
DEMAIS	2.331.175.484	2.337.874.969	9.396.138	1.975.180.849	1.734.249.850	1.628.161.084	2.328.478.831	2.696.653
UOS*		2.593.656.403	9.401.543	2.194.297.753	1.949.330.008	1.830.156.681	2.584.254.860	
1241		15.154.727	5.405	12.190.231	12.173.781	11.356.412	15.149.322	
1801		871.350.426	-	624.166.143	508.109.138	477.322.017		
1802		138.834.570	-	112.332.155	102.783.694	102.420.667		
4041		201.835.151	-	178.949.445	178.859.708	170.298.560		
4043		583.529.898	9.396.138	567.809.217	506.649.009	488.987.162		
4044		612.611.280	-	541.880.386	506.169.316	454.306.837		
4045		123.168.455	-	119.151.578	100.207.676	93.294.468		
4046		27.847.527	-	21.548.614	19.727.277	18.648.052		
4047		19.324.369	-	16.269.983	14.650.408	13.522.506		
CEPERJ		(15.154.727)	(5.405)	(12.190.231)	(12.173.781)	(11.157.689)	(15.149.322)	
FAPERJ		(201.835.151)	-	(178.949.445)	(178.859.708)	(170.298.560)	(201.835.151)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(13.625.000)	-	(11.043.351)	(11.043.351)	(10.237.963)	(13.625.000)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(19.000.000)	-	(15.136.394)	(11.249.471)	(8.574.327)	(19.000.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos		(1.549.332)	-	(1.592.897)	(1,549.332)	(1,523.722)	(1,549.332)	1,549.332
Multas/Juros INSS		(3.056)	-	(3,056)	(3,056)	(3,056)	(3,056)	
Restituições		(201.458)	-	(201,529)	(201,458)	(200,279)		
RP		(4.412.710)	-				(4,412,710)	
TOTAL GERAL	7.068.991.836	7.251.995.408	230.410.676	5.880.393.687	5.639.462.678	5.518.399.090	7.021.584.732	47.407.104

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

III.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ								
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	337.517.622	348.538.598	14.025.560	289.629.212	286.815.853	271.493.804	334.513.038	3.004.584

Em R\$

FECAM								
FECAM	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 01	989.088	1.057.008	-	-	-	-	1.057.008	(67.920)
FR 04	389.349.443	381.124.179	-	282.077.829	244.419.511	199.756.788	381.124.179	8.225.263
TOTAL GERAL	390.338.531	382.181.187	-	282.077.829	244.419.511	199.756.788	382.181.187	8.157.343

Em R\$

FEHIS								
FEHIS	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS		215.882.574	-	194.476.955	159.611.026	135.328.343		
Aluguel Social		75.931.100	-	75.884.863	75.739.168	70.020.478		
TOTAL GERAL	258.791.204	291.813.674	-	270.361.818	235.350.194	205.348.821	291.813.674	(33.022.470)

* Considerado PT 3437 de Recuper Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF								
FAF	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	259.905.101	260.937.873	-	133.608.337	117.748.930	114.103.197	260.937.873	(1.032.772)

Em R\$

PASEP								
PASEP	DESPESA PREVISTA (NOV 2012) (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	EMPENHADO (27/11)	LIQUIDADADO (27/11)	PAGO (27/11)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	299.564.830	284.193.375	-	236.548.959	236.548.959	236.469.277	284.193.375	15.371.455
FR 01	11.160.336	12.068.025	-	102.451	102.451	102,451	12,068,025	(907,689)
FR 04	77.869.889	76.224.816	-	62.269.729	61,410,839	61,410,839	76,224,816	1,645,073
FR 06	7.259.835	10,150,039	2,490,204	7,658,590	7,658,590	7,658,590	7,659,835	(400,000)
FR 07	5.307.483	9.558.023	3.920.528	4.289.576	4.289.576	4.289.576	5.637.495	(330.012)
FR 26	438.350	1.087.913	567.947	429.350	429.350	429.350	519.967	(81.616)
TOTAL GERAL	401.600.722	393.282.191	6.978.679	311.298.656	310.439.766	310.360.083	386.303.513	15.297.210

IV- Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por fonte de recursos apontado na Tabela 3, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais.

Sugere-se que seja procedido um ajuste nas fontes de recursos adequando-se a despesa à receita. Assim, a execução orçamentária ficará compatível aos ingressos financeiros previstos de realização neste exercício.

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (5ª REVISÃO RECEITA)

Em R\$

FR	00	01	04	04 - RIOPREV.	06	07	20	22	26	SUBTOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	394.901.887	-861.332.064	15.789.335	767.413.077	-50.000.000	-54.447.968	1.292.739	-36.154.851	333.758	177.795.912
TOTAL COMPROMISSOS	241.685.717	-975.609	12.183.058	0	-10.400.000	-21.776.718	0	-33.022.470	-89.083	187.604.894
ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	107.008.185		2.312.722		-13.750.000			-7.467	95.563.440
	SAÚDE	52.230.455								52.230.455
	FUNDEB	62.407.156				-10.000.000	-7.696.705			44.710.450
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	2.696.653								2.696.653
	FAPERJ	3.004.584								3.004.584
	FECAM		-67.920	8.225.263						8.157.343
	FEHIS							-33.022.470		-33.022.470
FAF	-1.032.772								-1.032.772	
PASEP	15.371.455	-907.689	1.645.073		-400.000	-330.012			-81.616	15.297.210
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	153.216.170	-860.356.455	3.606.277	767.413.077	-39.600.000	-32.671.250	1.292.739	-3.132.380	422.841	-9.808.982

Cumpridas as vinculações constitucionais e legais, com as devidas alocações em cada fonte de recurso, o saldo é negativo em R\$9,80 milhões a ser compensado com a disponibilidade identificada após procedidos os ajustes da dívida pública.

Dívida Pública

A disponibilidade na FR 04 (Royalties) e na FR 11 (Operações de Crédito) cujo repasse financeiro foi maior em virtude da diferença cambial aponta para o déficit final da dívida em R\$ 94,18 a ser atendido com recursos do Tesouro – FR 00.

Feitos os ajustes na Dívida Pública e atendidas as despesas segundo a origem dos recursos, o saldo final para livre alocação é de R\$ 20,86 milhões conforme tabela abaixo.

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (5ª REVISÃO RECEITA)

Em R\$

FR	00	01	04	04 - RIOPREV.	06	07	20	22	26	SUBTOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	394.901.887	-861.332.064	15.789.335	767.413.077	-50.000.000	-54.447.968	1.292.739	-36.154.851	333.758	177.795.912
TOTAL COMPROMISSOS	241.685.717	-975.609	12.183.058	0	-10.400.000	-21.776.718	0	-33.022.470	-89.083	187.604.894
ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	107.008.185		2.312.722		-13.750.000			-7.467	95.563.440
	SAÚDE	52.230.455								52.230.455
	FUNDEB	62.407.156				-10.000.000	-7.696.705			44.710.450
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	2.696.653								2.696.653
	FAPERJ	3.004.584								3.004.584
	FECAM		-67.920	8.225.263						8.157.343
	FEHIS								-33.022.470	-33.022.470
FAF	-1.032.772								-1.032.772	
PASEP	15.371.455	-907.689	1.645.073		-400.000	-330.012			-81.616	15.297.210
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	153.216.170	-860.356.455	3.606.277	767.413.077	-39.600.000	-32.671.250	1.292.739	-3.132.380	422.841	-9.808.982
DÍVIDA	94.187.176	-820.000.000		767.413.077	-39.600.000	-32.671.250				-30.670.997
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (2)	59.028.994	-40.356.455	3.606.277	0	0	0	1.292.739	-3.132.380	422.841	20.862.015

Despesas sem cobertura orçamentária

As demandas apresentadas pela Secretaria de Planejamento – SEPLAG, demonstradas a seguir, quando comparadas com a disponibilidade financeira de R\$ 20,86 apontam para um déficit final de R\$ 288,35 milhões.

SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (2)	59.028.994	-40.356.455	3.606.277	0	0	0	1.292.739	-3.132.380	422.841	20.862.015
DÉFICITS*	PESSOAL									181.922.000
	BILHETE ÚNICO									41.000.000
	ALUGUEL SOCIAL + RENDA MELHOR									28.500.000
	RIO 2016 (ESPORTES)									5.000.000
	PENITENCIÁRIA (ALIMENTAÇÃO)									35.022.169
	BARREIRA FISCAL									1.000.000
	TELEFÉRICO									9.000.000
	IVB (FARMÁCIA POPULAR)									5.000.000
	SUBSEC. MILITAR									2.770.408
TOTAL DÉFICITS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	309.214.577
SALDO FINAL	59.028.994	-40.356.455	3.606.277	0	0	0	1.292.739	-3.132.380	422.841	-288.352.562

V – Conclusão

A presente nota avaliou a receita a partir dos valores de 2012 realizados no SIG até outubro de 2012 sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária.

As tabelas apresentadas e o saldo final identificado apontam que, dentro de um cenário de equilíbrio fiscal, despesas deficitárias no valor de R\$288 milhões só poderão ser atendidas por nova revisão de receita.

É importante destacar que se encontra em tramitação no Tesouro Nacional Operação de Crédito – PROINVESTE – que prevê ressarcimento ao Tesouro Estadual, referente a despesas já pagas, em montante estimado em R\$233 milhões.

O encerramento do empenhamento da despesa em 21 de novembro, conforme prevê o Decreto nº 43.924, de 05 de novembro de 2012, deverá permitir novos ajustes.

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal